TC 020.748/2004-2

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Estado de Rondônia contra o Acórdão 5.163/2014 – TCU – 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do ente federado e fixou novo e improrrogável prazo para recolhimento de débito aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão do desvio de finalidade na utilização de recursos transferidos por meio do Convênio 2.744/1994-PNAE (Siafi 106014 e 093271).

Inicialmente, o Tribunal fixou prazo para restituição do valor por meio do Acórdão 10.496/2011 – TCU – 1ª Câmara, dispondo, inclusive, que na hipótese de não ser possível a liquidação tempestiva do débito, o Estado deveria adotar providências com vistas a incluir a dívida na lei orçamentária estadual.

Posteriormente, foi proferido o Acórdão 4.061/2013 – TCU – 1ª Câmara, que voltou a fixar novo e improrrogável prazo para que o Governo do Estado de Rondônia comprovasse o recolhimento da dívida ou adotasse medidas com vistas à inclusão do valor na lei orçamentária.

Em nova apreciação, o Tribunal proferiu o Acórdão 5.163/2014 – TCU – 2ª Câmara, contra o qual se insurge o Estado de Rondônia, requerendo a responsabilização solidária dos ex-gestores do convênio quanto ao débito, bem como suscitando mais uma vez a possibilidade de ressarcimento por meio da alocação de recursos apenas do ente federado em ações similares às da avença que originou a TCE.

A Serur elaborou a instrução na peça 103, em que volta a registrar a inviabilidade jurídica de atender ao pleito formulado na peça recursal. Assim, em pareceres uniformes, propõe negar provimento ao recurso.

Da minha parte, alinho-me ao posicionamento externado pela unidade instrutiva.

Mais uma vez o Estado de Rondônia aventa a possibilidade de quitar o débito objeto de condenação por meio do investimento de recursos próprios nas ações originariamente pactuadas no Convênio 2.744/1994-PNAE. Embora mencione precedente deste Tribunal sobre o tema, a análise empreendida pela Serur registrou que não houve êxito na recomposição do erário na situação objeto do Acórdão 1.250/2012 – TCU – Plenário.

Ademais, como bem destacado na instrução, as diversas variáveis envolvidas na operação, bem como a dificuldade de aferir se o emprego dos recursos ocorreu efetivamente, constituem óbices à disseminação de tal prática. Nesse sentido, entendo que não se deva dar provimento ao recurso interposto, mormente por persistir a impossibilidade jurídica de atender ao pleito formulado pelo Estado de Rondônia.

Quanto à intenção de trazer de volta à relação processual os responsáveis pelas movimentações financeiras indevidas, entendo que a questão já recebeu tratamento adequado por este Tribunal, que, ante a inexistência de elementos que demonstrassem algum

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

favorecimento aos ex-gestores, penalizou-os com a multa por descumprimento dos normativos que regem a matéria.

Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com o encaminhamento proposto pela Serur.

Brasília, 8 de maio de 2015.

Sergio Ricardo Costa Caribé

Procurador